

**OS CRITÉRIOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE PROJECTOS
DE INVESTIMENTO, NO CONTEXTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DE
INICIATIVAS LOCAIS:
O caso do Distrito de Sussundenga.**

Hélder David Machedze

Trabalho de Licenciatura em Economia

Faculdade de Economia

Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Setembro de 2011

**OS CRITÉRIOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE PROJECTOS
DE INVESTIMENTO, NO CONTEXTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DE
INICIATIVAS LOCAIS:
O caso do Distrito de Sussundenga.**

Dissertação apresentada com exigência parcial
para obtenção do grau de licenciatura em
Economia à Faculdade de Economia.

Estudante: Hélder David Machedmedze
Supervisor: Dr. Elías Mataruca

Trabalho de Licenciatura em Economia
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Setembro de 2011

DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que este trabalho é da minha inteira autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que submeto para obter um grau académico numa instituição educacional do ensino superior.

Maputo, aos _____ de _____ de 2011

(Hélder David Machedze)

APROVAÇÃO DO JÚRI

Este trabalho foi aprovado com a classificação de _____ valores no dia _____ de _____ de 2011, por nós membros do Júri examinador da Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane.

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

DEDICATÓRIA

À memória dos meus Pais David Machedze e Eugénia Cigarette que o destino quis que não fizessem parte deste trabalho. Que Deus os guarde e saiba honrar a permanência das suas almas até que nos encontremos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que apoiaram-me neste trabalho, nomeadamente o meu supervisor Doutor Elías Mataruca pelo tempo, ensinamentos e conselhos por ele dispensados. E ainda ao corpo docente, trabalhadores da Faculdade de Economia desta Universidade, que tanto fizeram para minha formação.

Agradecimento especial, ao Chefe da Equipa Técnica do Governo do Distrito de Sussundenga, pela disponibilização de dados para a efectivação do presente trabalho.

Ainda aos meus colegas José Sinoia, Marcelo de Imaculada, António Guilherme, José Madeira, Belmiro Canhanga, Cezartino Faustino, Arão Gabriel e outros que nos momentos difíceis da carreira fizeram de tudo para que, as dificuldades fossem ultrapassadas e puderam dar-me a desejada mão no momento que mais precisava para a consumação deste trabalho de Licenciatura.

Agradeço aos meus cunhados Wilfredo Magombeze e Pedro Sixpenze pela paciência, compreensão e apoio material e moral que me prestaram neste período.

À todos os meus irmãos que poupavam-me de problemas enquanto estivesse a estudar.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
ÍNDICE DE TABELAS.....	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	ix
RESUMO.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 <i>Justificativa da escolha do tema</i>	2
1.2 <i>Delimitação do Trabalho</i>	3
1.3 <i>Problematização</i>	3
1.4 <i>Hipótese</i>	4
1.5 <i>Objectivos</i>	4
1.5.1 <i>Objectivo Geral</i>	4
1.5.2 <i>Objectivos Específicos</i>	4
1.6 <i>Estrutura do Trabalho</i>	5
2 METODOLOGIA.....	6
2.1 <i>Caracterização do Estudo</i>	6
2.2 <i>Definição da amostra</i>	7
2.3 <i>Recolha de dados</i>	8
2.4 <i>Análise de dados</i>	8
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	9
3.1 <i>Enquadramento Teórico</i>	9
3.2 <i>Conceitualização</i>	10
3.2.1 <i>Conceitos Operacionais</i>	10
3.2.2 <i>A avaliação de projectos no contexto de viabilidade de projectos</i>	11

3.2.3	<i>A avaliação empresarial (financeira) versus avaliação macroeconómica</i>	12
3.2.4	<i>Critérios e Medidas de Rendibilidade de Projecto</i>	14
3.2.5	<i>Métodos de avaliação de projectos na óptica empresarial</i>	15
3.2.6	<i>Vantagens e desvantagens dos métodos de apreciação dos investimentos na óptica empresarial</i>	19
3.2.7	<i>Critérios e métodos de avaliação de projectos investimentos na óptica social</i>	22
3.2.8	<i>Vantagens e desvantagens da análise económica ou social.</i>	26
3.2.9	28
	<i>Considerações sobre a selecção de Projectos</i>	28
3.2.9.1	<i>No contexto empresarial</i>	28
3.2.10	<i>Estruturação da informação para o estudo de rentabilidade financeira de um projecto.</i>	29
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PESQUISA	31
4.1	<i>O Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIL) em Moçambique</i>	31
4.1.1	<i>Origem do OIL</i>	31
4.1.2	<i>Critérios de atribuição do OIL e mudanças introduzidas no processo</i>	32
4.1.3	<i>Principais realizações</i>	33
4.2	<i>Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais – caso do Distrito de Sussundenga</i>	35
4.2.1	<i>Caracterização do Distrito</i>	35
4.2.2	<i>Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIL)</i>	36
4.2.3	<i>Componentes do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local</i>	36
4.2.4	<i>Constituição do Conselho Consultivo Distrital</i>	37
4.2.5	<i>Princípios básicos para selecção de projectos no Distrito de Sussundenga</i>	39
4.2.6	<i>Os critérios de avaliação de projectos no Distrito de Sussundenga</i>	39
4.2.7	<i>Aplicação prática dos métodos de rentabilidade financeira de projecto</i>	40
4.2.8	<i>Impacto dos projectos financiados em 2007- 2009</i>	46
4.2.9	<i>Principais dificuldades e desafios</i>	47
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	48
5.1	<i>Conclusões</i>	48
5.2	<i>Recomendações</i>	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
	ANEXOS	51

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: <i>Rácio de número de projectos financiados e postos de trabalho, no período de 2006 à 2008</i>	34
Tabela 2: <i>Receitas líquidas ou lucros anuais em relação ao capital investido</i>	40
Tabela 3: <i>Cálculo do Tempo de Recuperação do Capital - “ Pay - Back ” (TRC) em Meticais</i>	41
Tabela 4: <i>Cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR)</i>	42
Tabela 5: <i>Taxas de reembolso em percentagem</i>	46
Tabela 6: <i>Número de beneficiários do fundo (2006-2009)</i>	58
Tabela 7: <i>Número de projectos financiados e em execução (2006-2009)</i>	59
Tabela 8: <i>Evolução de Valores desembolsados e reembolsados (2006-2009)</i>	59

ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1: <i>Número de Projectos financiados e postos de trabalho (2006-2008)</i>	34
Gráfico 2: <i>Distribuição dos membros do Conselho Consultivo Distrital por Sexo</i>	38
Gráfico 3: <i>Distribuição do Conselho Consultivo Distrital por nível académico</i>	38
Gráfico 4: <i>Representação gráfica do VLA e TIR</i>	42
Gráfico 5: <i>Evolução do número de beneficiários (2006-2009)</i>	44
Gráfico 6: <i>Comparação dos níveis de projectos aprovados com os em execução</i>	45
Figura 1: <i>Mapa do Distrito de Sussundenga</i>	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

B_t	Benefícios totais
B/C	Benefício/Custo
C.O	Custo de Oportunidade
C.O.C	Custo de Oportunidade de Capital
CCD	Conselho Consultivo Distrital
CCL	Conselho Consultivo Local
CDL	Conselho Distrital Local
CMeC	Coefficiente Medio do Capital
DPPF's	Direcções Provinciais de Plano e Finanças
DRP	Distribuição de Rendimentos do Projecto
EDR	Estratégia de Desenvolvimento Rural
ETD	Equipa Distrital para Descentralização
FL	Fluxos Líquidos
IFT	Intensidade do Factor Trabalho
IPCC	Instituições de Participação e Consulta Comunitária
I_t	Investimentos totais
i	Taxa de juro
IFT	Intensidade do Factor Trabalho
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
MTs	Meticais
OD	Orçamento Distrital
OIIL	Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais
ONG, s	Organizações Não Governamentais

PDP	Planificação Distrital Participativa
PES	Plano Económico e Social
PML	Produtividade Média da mão-de-obra
PR	Período de Recuperação do capital
t	Tempo em anos
TIR	Taxa Interna de Retorno
TIS	Taxa Interna Social
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VLA	Valor Líquido Actualizado

RESUMO

O objectivo da presente pesquisa é de abordar os critérios e métodos aplicados para análise de projectos, no contexto do OIIL no Distrito de Sussundenga província de Manica. Dado que o fundo OIIL tem como objectivo, desenvolver as iniciativas empreendedoras nos Distritos, isto em Moçambique.

Tornou-se necessário fazer a abordagem do OIIL na vertente dos critérios e métodos aplicados na análise de projectos pelo CCD de Sussundenga, visto que estes são indispensáveis para se espelhar a viabilidade financeira e social de projectos. Os dados foram obtidos através de um questionário que se incidiu numa amostra de 128 técnicos constituintes do CCD, seleccionada intencionalmente de um universo de 625 membros e entrevista com o Chefe da Equipa Técnica local, com recurso a procedimentos estatísticos e a planilha Excel para a sua sistematização.

Com base nos resultados da pesquisa, constatou-se que os critérios de avaliação de projectos aplicados pelo CCD local, teoricamente se enquadram nos métodos de cálculo de custos e proveitos em termos meramente contabilísticos, sem de certa forma, evidenciarem aspectos relacionados com o tempo. A utilização deste método deve-se ao facto do CCD de Sussundenga não dispor de conhecimentos sólidos de análise de viabilidade financeira de projectos que evidenciam as actualizações financeiras, visto que, menor parte (0.16%) do CCD de Sussundenga tem nível superior, e que a formação se enquadra no ramo linguístico sem nenhuma formação relacionada com a análise e gestão de projectos, sendo a maior parte deste com nível básico (65.6%).

Neste contexto, conclui-se que a análise de viabilidade financeira feita pelos CCD de Sussundenga contribui negativamente na sustentabilidade de projectos, mantendo tudo o resto verifica-se, pois constata-se que muitos projectos após o financiamento, não conseguem dar continuidade; recomenda-se ao governo do Distrito à potenciar as capacitações de CCD em matéria de análise de projectos não só; como também, na adopção de multicritérios de análise para reduzir os efeitos negativos que se evidenciam na actual gestão do OIIL.

1. INTRODUÇÃO

Em 2005, o governo moçambicano através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro de 2005 decidiu alocar fundos de investimentos aos governos distritais, como operacionalização da Lei 08/2003 de 19 Maio de 2003, que determina que os Distritos são unidades de gestão e execução orçamental, desta feita, aloca anualmente aos Distritos sete milhões de meticais, seguindo os critérios de diferenciação nomeadamente: densidade populacional igual a (35%), índice de pobreza (30%), extensão do território (20%) e capacidade de colecta de receitas públicas (15%), e um adicional para o aprovisionamento de infra-estruturas locais, cujo objectivo é criar mais empregos, incluindo auto-emprego e, consequente aumento da produção e da riqueza local.

De referir que os resultados não são satisfatórios em quase todos os Distritos do país, visto que, após o financiamento dos projectos, os mesmos apresentam dificuldades de continuidade (são insustentáveis); facto explicado pela não utilização de instrumentos adequados para a análise de projectos submetidos aos Conselhos Consultivos Distritais (CCD's), dado que estes não consideram o valor do dinheiro com o factor tempo.

Nesta perspectiva, os critérios de avaliação de projectos são considerados fundamentais na análise de viabilidade, pois asseguram e proporcionam aos investidores informações inerentes a sustentabilidade e consequente tomada de decisões sobre financiamentos a efectuar.

Partindo de pressupostos teóricos de critérios e métodos de avaliação de projectos, e baseados num trabalho de campo efectuado no Distrito de Sussundenga, a pesquisa procura analisar a relação entre os critérios e métodos de avaliação de projectos e a sustentabilidade dos mesmos, argumentando segundo Marques (2006), a falta de rigor nos critérios de análise de viabilidade de projectos leva à resultados negativos dos projectos aprovados, o que diminui a possibilidade de gerar resultados desejados pela entidade promotora. Trata-se de questionar a abordagem financeira de viabilidade de projectos no contexto local.

1.1 Justificativa da escolha do tema

O interesse pela avaliação dos critérios e métodos de tomada de decisão sobre o investimento de projectos no contexto do OIIL, surge pelo facto destes constituírem factor relevante para a concessão de crédito por parte dos promotores de financiamento, é o caso do Conselho Consultivo Distrital (CCD) e a pertinência do tema na actualidade.

Em Moçambique, segundo MPD (2008) são levados a cabo vários programas de emancipação de actividades empreendedoras, na medida em que são tidas como força motriz para a redução da pobreza e conseqüente desenvolvimento económico distrital. Entretanto, é relevante reportar os sucessos e insucessos da Estratégia do OIIL implementada pelo governo local no período em análise, no que respeita aos instrumentos usados pelo CCD na selecção de projectos.

Há necessidade de fazer-se um estudo de modo a avaliar em termos empíricos, o nível de influência dos critérios e métodos na sustentabilidade dos projectos pelo CCD em Moçambique, Sussundenga em particular. Portanto, a presente pesquisa é importante na medida em que:

- Faculta a identificação de procedimentos de tomada de decisão e de financiamento adoptada para a selecção de projectos submetidos aos CCD's;
- Faculta critérios complementares de análise de modo que se garantam nos Distritos impactos económicos e sociais a longo prazo. Não obstante, os estudos já publicados centram-se em análises sobre impactos dos projectos financiados para desenvolvimento local sem reportar aspectos relacionados com os critérios de tomada de decisão a nível local;
- E academicamente, o presente estudo contribui para análise das imperfeições que decorrem no mercado financeiro, sobretudo na altura de financiamento de projectos de investimentos.

1.2 Delimitação do Trabalho

A análise a ser feita no presente trabalho, é sobre os critérios e métodos de avaliação de projectos que se enquadram em duas vertentes, *Financeira e Social*¹. No entanto, no estudo desenvolve-se a vertente *financeira*, que visa abordar a rentabilidade de projectos, facto que garante a sustentabilidade dos mesmos, uma vez que, o OIIL visa promover projectos que geram empregos, aumentem a produção, produtividade, e renda acrescida de forma sustentável (MPD, 2008:18) não só, como também, deve-se ao facto da *abordagem social* ser complexa.

O período em análise é de 2006-2009, pois pretende-se fazer um estudo que compreenda o período desde da implementação da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro de 2005 até o ano que apresenta dados completos. O facto de o estudo limitar-se ao Distrito de Sussundenga, é por razões de conveniência metodológica.

1.3 Problematização

O problema fundamental que sustenta a presente pesquisa prende-se em parte, com o facto dos critérios e métodos de avaliação de projectos serem indispensáveis, sendo estes, que espelham a sustentabilidade de projectos.

Com o efeito, constata-se a fraca capacidade dos mutuários e dos CCD's em lidarem com aspectos relacionados com o crédito de OIIL, particularmente a aprovação dos projectos², um pouco por todas províncias do país. Daí coloca-se a seguinte pergunta: *Até que ponto*

¹ Vertente social refere-se a análise de projecto no contexto do bem estar social, e a financeira é apenas na abordagem privada.

² Tendo como consequência imediata, o questionamento da eficácia de critérios

os critérios e métodos de avaliação de projectos aplicados pelos CCD's afectam a sustentabilidade de projectos?

1.4 Hipótese

- A sustentabilidade de projectos financiados pelo OIIL no Distrito de Sussundenga é influenciada negativamente pelos critérios de análise de viabilidade de projectos, usados pelo Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

1.5 Objectivos

1.5.1 Objectivo Geral

- Apresentação de critérios e métodos de avaliação dos projectos de investimento, no contexto do OIIL, no Distrito de Sussundenga, Província de Manica.

1.5.2 Objectivos Específicos

- Identificar as características dos projectos por cada sector de actividades de produção de alimentos e geração de rendimento no Distrito;
- Descrever os critérios de avaliação e gestão de projectos no Distrito de Sussundenga;
- Analisar a evolução dos projectos financiados, e dos que estão em operacionalização.

1.6 Estrutura do Trabalho

O trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo é referente à introdução, onde faz-se menção ao historial do OIIL, a definição do problema, da hipótese, apresenta-se a justificativa e os objectivos geral e específicos. No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia adoptada, as ferramentas utilizadas para o alcance dos objectivos traçados.

O terceiro capítulo está relacionado com a revisão de literatura, onde são apresentados vários conceitos e factores que determinam da viabilidade e sustentabilidade de projectos.

No quarto, são apresentados os resultados e respectivas discussões e por último (quinto capítulo), apresentam-se as conclusões e recomendações.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização do Estudo

Segundo Gil, citado por Boaventura (2007), a pesquisa científica tem como finalidade, obter resposta do problema levantado, através de procedimentos científicos. E este agrupa pesquisas científicas segundo os seus objectivos em três principais grupos: Descritiva, Explicativa e Exploratória. A exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito, de um modo geral, utiliza o levantamento bibliográfico; entrevista com pessoas que tiveram participação com o problema pesquisado. A descritiva identifica as características da população ou fenómeno, e as explicativas são típicas das pesquisas experimentais.

De acordo com os objectivos propostos, a pesquisa classifica-se em exploratório - descritiva pois, baseia-se na análise quantitativa e qualitativa, como forma de obter conclusões correspondentes à dados recolhidos e em documentação indirecta que abrange a pesquisa documental e a bibliográfica.

A pesquisa documental consistiu na análise dos diversos relatórios divulgados pelos CCD's no que respeita ao OIIL e, complementadas por outros divulgados pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento. E a revisão bibliográfica consistiu na leitura de manuais e artigos de vários autores ligados ao tema em análise, para se definir o objecto de estudo, apresentar-se alguns conceitos e mostrar-se a relação entre critérios de análise de projectos e sustentabilidade dos mesmos, com vista a facilitar a familiarização com o tema.

Também o estudo é empírico, dado que a obtenção de dados quantitativos relativos ao Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIIL) em Sussundenga utilizou-se o método de observação, como forma de procurar garantir a autenticidade dos dados.

Quanto aos procedimentos técnicos usados para o alcance dos objectivos propostos, o estudo caracteriza-se por levantamentos intermediados por questionários complementados de segmentos directos de interrogação (entrevista) ao CCD de Sussundenga, que segundo Marconi e Lakatos (2009) a combinação destes dois instrumentos consiste em obter maiores informações sobre o problema em estudo. E a presente pesquisa, consistiu na obtenção de informações sobre os critérios de análise de projectos usados localmente, dados quantitativos e qualitativos sobre projectos financiados para testar-se a hipótese levantada.

Em relação a metodologia usada, apareceram as seguintes dificuldades: o acesso de material publicado sobre OIIL, principalmente dos mapas que figuram montantes desembolsados e reembolsados. Apesar das limitações supracitadas, o material que foi possível colectar considera-se suficientemente representativo e consistente para abordar o tema proposto.

2.2 Definição da amostra

Para o estudo foi extraída intencionalmente uma amostra de 128 técnicos que constituem o CCD da sede do Distrito dum universo de 625 técnicos de todo Distrito de Sussundenga. Referir que apenas 72 técnicos é que responderam ao questionário. A escolha da amostragem intencional, deveu-se ao facto dos restantes 497 técnicos encontrarem-se nos Postos Administrativos e por causa da limitação financeira e económica de tempo não foi possível inclui-los na amostra, dado que Marconi e Lakatos (2009) fundamentam que a amostra intencional permite a selecção deliberada de elementos da amostra.

2.3 Recolha de dados

A colecta de dados realizou-se no Distrito de Sussundenga, província de Manica. Foi usado um questionário destinado aos membros do CCD (ver anexo 1). O mesmo está dividido em três secções:

A primeira secção do questionário destina-se à recolha de dados sócio – demográficos e inclui duas variáveis qualitativas, *nível de instrução e sexo*; a segunda secção está caracterizada por aspectos relacionados com a análise de projectos, tendo incluído três variáveis, *efeitos de projectos, instrumentos de análise, metodologia*; e, a terceira secção caracterizada por questões sobre características e resultados de projectos financiados, evidenciada por uma variável qualitativa, *tipo de crédito* e quatro quantitativas, *número de projectos financiados e em execução, valores desembolsados e reembolsados*.

De igual modo privilegiou-se a abordagem eminentemente qualitativa, com recurso a entrevista semi-estruturada, direccionada essencialmente ao chefe da equipa técnica do Distrito que decorreu no seu respectivo gabinete. A escolha deste método como técnica de produção de dados, tem a ver com o facto de se tratar de um meio que possibilita captar o saber, as percepções, as representações dos actores locais, (BOAVENURA, 2007).

2.4 Análise de dados

A análise de dados, obtenção de resultados e conclusões foram possíveis com auxílio da ferramenta Estatística Descritiva, tabulando os dados na planilha Excel e apresentando-os na forma de tabelas e gráficos; e também, fez-se a aplicação prática de critérios e métodos de avaliação de projectos na óptica de rentabilidade sobre um projecto de farinhação aprovado localmente.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Enquadramento Teórico

Segundo Ferreira (1985), só a partir da década de 1980 é que se começou a efectuar-se estudos sistemáticos e especializados de análise de projectos de investimento em Moçambique por influência dos contactos de técnicos nacionais com os de outros países.

No entanto, estes estudos anteriores limitavam-se em análises meramente contabilísticos sem se evidenciar a análise probabilística dos riscos e os cálculos de actualização financeira, era habitual um simples exame dos custos e proveitos, em confronto com as aquisições e substituições de investimento, medindo-se a rentabilidade anual esperada sem atender ao factor tempo.

Com o decorrer do tempo, os economistas e engenheiros a certa altura tomaram conta da análise dos problemas de investimentos. Actualmente, são vários organismos internacionais, como a ONU, Banco Mundial que se ocupam da análise de investimentos, evidenciando os critérios de análise até com o propósito de auxiliar os países no seu desenvolvimento.

Portanto, surgiram as análises sócio – financeiras dos investimentos. Dos currículos das instituições superiores de economia e gestão constam actualmente disciplinas específicas onde o tema é tão abordado assim como desenvolvido. Pode também dizer-se que presentemente na abordagem do OIIL não se financiam projectos sem um estudo prévio previsionar da sua viabilidade, apesar das dificuldades existentes na análise para posteriormente se tomar decisão.

3.2 Conceitualização

3.2.1 Conceitos Operacionais

Segundo Dias (2002), investimento refere-se a troca entre uma despesa para adquirir determinados bens e as receitas futuras que se retirarão de exploração desses mesmos bens, uma decisão estratégica de comprometimento dos recursos no longo prazo.

Para Marques (2006), investimento refere-se a acumulação de possibilidades de produção quer directamente através de projectos produtivos, quer indirectamente através de projectos não directamente produtivos mas que de uma forma, contribuam para a dinamização da actividade económica, crescimento da produtividade, aumento do produto e dos rendimentos sociais e para a melhoria das condições de vida em geral.

Dadas as definições acima apresentadas, constata-se que investimento é de facto um processo de aplicação de recurso no presente, com propósito de no futuro, mesmos gerem rendas. Entretanto, torna-se evidente que na avaliação de projectos, deve-se ter em consideração o futuro.

Nesta perspectiva, para Marques (2006) projecto traduz-se numa intenção ou proposta de aplicação de recursos produtivos escassos (activos fixos corpóreos e incorpóreos e acréscimos de fundo de maneiio), com a finalidade de melhorar ou aumentar a produção de determinados bens ou serviços em quantidade ou qualidade, ou diminuir os seus custos de produção.

Para Miguel (2006), projecto trata-se de um empreendimento temporário que visa desenvolver um produto ou serviço único. Implica sempre decisão de investir ou seja, de aplicar fundos escassos para gerar rendimentos, durante um certo período de tempo, cujo objectivo é maximizar a riqueza de uma empresa ou organização.

Neste caso, definições acima apresentadas sobre projectos, apresentam certas lacunas uma vez que não salientam o factor tempo, referente aos investimentos presentes e retornos esperados. Entretanto, na avaliação de projectos, é pertinente tomar como peça

fundamental o tempo. A pesquisa tomará como fundamento a incorporação da análise dos critérios e métodos de decisão de investimento sobre os projectos de investimento no âmbito do Fundo de Investimento de Iniciativas Locais, no Distrito de Sussundenga.

Segundo Marques (2006), os critérios e métodos de avaliação de projectos têm como principal objectivo, assessorar os investidores (empresários, financiadores, Estado, entre outros) na tomada de decisão de avançar com um determinado projecto, ou seja, ao se avaliar procura-se apreciar propostas alternativas de aplicação de recursos no presente com intuito de obter-se no futuro, bens e serviços com um valor acrescentado, bem como fundamentar a decisão de investir em determinado projecto em cada actividade económica.

3.2.2 A avaliação de projectos no contexto de viabilidade de projectos

A problemática da avaliação de projectos tem a ver com a necessidade de assessorar a decisão de investir, quer por parte dos empresários, como por parte da Administração Pública no contexto da política económica. Na perspectiva de Marques (2006), o objectivo da avaliação é apreciar propostas alternativas de aplicação de recursos no presente, com vista a obter no futuro bens e serviços equivalentes a um volume acrescido de recursos e fundamentar a decisão de investir em determinados projectos, determinadas actividades económicas, tendo determinado processos em que a análise leva à escolha do mais adequado, com vista a maximização da rentabilidade dos recursos escassos que os projectos utilizam para garantir determinados fins ou efeitos esperados em proveitos da empresa e/ou da economia.

Denota-se que a abordagem acima apresenta espaços de discussão pois, na sua análise preocupa-se com efeitos directos gerados pela implementação do projecto. Entretanto, sempre que se implementa um projecto, o mesmo está sujeito a relações de causalidade ou interdependência com outras unidades económicas do País, região ou sector onde se integra. Portanto, o objectivo da avaliação de projectos também deve contemplar, para

além dos resultados directos gerados, os indirectos³ e induzidos⁴, constituindo deste modo uma análise mais abrangente.

Adicionalmente, Fereira (1985) fundamenta na sua teoria, que a avaliação da empresa promotora acerca de aplicação no presente de um conjunto de recursos produtivos escassos com a intenção de gerar no futuro bens e serviços equivalentes a um valor maior que inicialmente aplicado, não baseia-se necessariamente ou unicamente, no critério de rentabilidade. Entretanto, a avaliação de projectos no contexto de viabilidade assenta-se em duas ópticas, financeira e macroeconómica (social).

3.2.3 *A avaliação empresarial (financeira) versus avaliação macroeconómica*

3.2.3.1 A avaliação empresarial

Marques (2006), lembra que a avaliação empresarial apresentada visa determinar a rentabilidade e formular um juízo fundamentado com base na qualidade técnica e comercial do projecto. Neste contexto, desenvolvem-se previamente os adequados estudos de viabilidade e utilizam-se preços de mercado.

Para Fereira (1985), a avaliação do ponto de vista de rentabilidade, pode medir-se pela comparação entre o rendimento e encargos resultantes do investimento e, o “tempo” na sua análise é tido como elemento essencial do valor das receitas a obter ou despesas a efectuar.

No entanto, das abordagens acima apresentadas, constata-se que o factor tempo é indispensável pois, na determinação previsionial da rentabilidade apresenta sempre um grau de incerteza, tanto maior quando mais longo for o período de cálculo.

³ Quando correspondem a um aumento do Valor Acrescentado na unidade promotora do projecto.

⁴ Quando correspondem a acréscimos de Valor Acrescentado provocados pela aplicação dos rendimentos gerados pelos projectos.

3.2.3.2 A avaliação macroeconómica

Segundo Abecassis e Cabral (2000), a avaliação macroeconómica visa determinar e apreciar os efeitos directos e indirectos que o projecto irá produzir na economia e na sociedade em termos de:

- Aumento do Produto Nacional em comparação com o capital aplicado, distribuição de rendimento, impacto sobre o emprego;
- Impacto sobre as regiões, sectores e meio ambiente;
- Transacções externas que o investimento possibilitará nomeadamente, em termos cambiais, ponderando a captação líquida de divisas através do aumento de exploração de bens e serviços com ou sem redução de importações.

Ferreira (1985) acrescenta que é útil nessa abordagem arrolar aspectos em apreciação de investimentos como:

- Modernização do aparelho produtivo, adensamento da malha intersectorial, progresso tecnológico, verticalização industrial;
- Descentralização regional das actividades económicas, desincentivando a localização dos investimentos em pólos de concentração industrial e beneficiando as aplicações em regiões economicamente mais desfavorecidas.
- Na perspectiva social segundo Abecassis e Cabral (2000), a avaliação económica preocupa-se também com a problemática da distribuição dos rendimentos que o projecto gera e, neste contexto, poderão colocar-se as seguintes questões:
- A distribuição de rendimentos que o projecto origina é compatível com os objectivos da política social?

- Quais os grupos sociais que mais se beneficiam com a implementação do projecto?
- Qual a contribuição do projecto para o bem-estar social, traduzido nos impactos produzidos na repartição dos rendimentos?

Entretanto, na avaliação económica, para além da análise e apreciação dos efeitos ou impactos mais gerais que o projecto gera sobre o sector em que se insere, a região, o emprego, entre outros, estuda-se também a sua rentabilidade num sentido mais amplo, no que respeita, aos custos e benefícios que o mesmo irá consumir e proporcionar à sociedade, isto é, comparam-se os custos e os benefícios decorrentes da implementação do projecto. Sendo assim, a avaliação macroeconómica, contrariamente à financeira, preocupa-se fundamentalmente com os efeitos directos e indirectos que os projectos irão produzir em diferentes domínios da economia.

3.2.4 Critérios e Medidas de Rendibilidade de Projecto

Os procedimentos de avaliação em geral examinam a coerência entre os elementos do plano operacional, procurando determinar se as actividades possibilitam a realização dos produtos e dos objectivos.

A avaliação de um projecto poderá efectivar-se com base num ou vários critérios e medidas de rentabilidade, separados ou conjuntamente. Diz-se mono critérios quando utilizados separadamente; e multicritério quando, utilizados em simultâneo e de forma conjugada.

Entretanto, Miguel (2006) salienta que avaliação exige a actualização de valores aplicados e recuperados no projecto, devido a inflação, o risco do investimento e a recompensa mínima esperada. Contudo, a inflação é normalmente, contemplada na utilização de preços constantes pelos quais se efectuam os cálculos. Logo, os outros dois

elementos são apurados numa determinada taxa juro (i) que representa o custo de oportunidade⁵ do capital.

3.2.5 *Métodos de avaliação de projectos na óptica empresarial*

Referidos os elementos indispensáveis ao cálculo da rentabilidade de investimentos do ponto de vista empresarial, passam a apresentar-se os métodos que para a avaliação quantitativa do projecto são seguidos na prática. Segundo Maximiano (2007), as formas mais frequentes de medir o mérito de um projecto, utilizadas alternativamente ou simultaneamente na avaliação multicritério são de citar:

1. Método de cálculo dos custos e proveitos em termos contabilísticos⁶
2. O Valor Líquido Actualizado (VLA);
3. A Taxa Interna de Retorno (TIR);
4. Período de Recuperação do capital (PR).

3.2.5.1 Método de cálculo dos custos e proveitos em termos contabilísticos

Trata-se de um método simples que consiste na determinação das receitas esperadas em confronto aritmético com quantitativos a despende com o investimento e com as verbas de despesas posteriores. Este método não atende ao tempo de recuperação do capital nem ao valor temporal do dinheiro.

Analiticamente:

$$\text{Receitas líquidas em relação ao capital investido} = \frac{\text{Receitas líquidas totais}}{\text{capital investido}} \quad (1)$$

⁵ O custo de oportunidade, traduz a remuneração mais baixa que se está disposto a aceitar para uma determinada intenção de investir.

⁶ Método considerado tradicional.

3.2.5.2 Valor Líquido Actualizado (VLA)

Segundo Ferreira (1985), o método consiste no cálculo do valor actual das importâncias que se esperam receber da exploração do investimento subtraindo o valor actual dos gastos relativos ao investimento e sua exploração.

O valor líquido mede o benefício adicional que o projecto oferece. Resulta da diferença entre os benefícios e os custos de um projecto. É pois, o valor líquido adicional actualizado, da implementação e exploração de um projecto durante um determinado período de tempo correspondente a sua vida útil.

Analiticamente:

$$VLA = \sum \frac{B_t}{(1+i)^t} - \sum \frac{I_t}{(1+i)^t} \quad 8 \quad (2)$$

Onde: **VLA** – Valor Líquido Actualizado;

B_t – Benefícios do projecto;

I_t – Investimento e Custos do Projecto

i – taxa de juro;

t – tempo de vida útil do projecto, dado em anos.

A selecção de projecto com base no critério **VLA**:

- Se os projectos são mutuamente exclusivos (incompatíveis), selecciona-se o projecto com maior **VLA**;
- Se são projectos independentes, seleccionam-se todos os projectos com $VAL \geq 0$;

⁷ Eq. (1) Extraída de Ferreira (1985), também pode ser igual à média das receitas líquidas anuais pelo capital inicialmente investido.

⁸ Eq. (2) Idem, 2006, Pág. 128.

- Se são projectos independentes com restrições financeiras seleccionam-se todos os projectos em que simultaneamente se verifiquem as duas condições seguintes:

$$\mathbf{VLA} \geq \mathbf{0} \text{ e } \mathbf{I}_i \leq \mathbf{FL},$$

onde: **FL** - Fluxos Libertos pelo projecto no período de sua vida útil.

3.2.5.3 O método da Taxa Interna de Retorno (TIR⁹)

Segundo Ferreira (1985), este método usa-se normalmente, quando não se conhecem as condições de juro específicas de financiamento e quando existem projectos alternativos de montante e vida útil diferentes. O método visa determinar a taxa que iguala o valor actual das receitas esperadas do investimento ao valor actual das despesas efectuadas com investimento e a sua exploração durante o período de tempo estimado para a vida económica do projecto.

Uma **TIR** de **X%** para um projecto de vida útil de um ano significa que os benefícios líquidos esperados permitirão a recuperação do capital investido até ao fim da vida útil e em cada ano remunera ainda o capital investido a uma taxa **X%**.

É taxa de actualização para a qual o **VLA** de um projecto é nulo, ou seja, o valor da taxa que anula a expressão (custo de oportunidade do capital).

Analiticamente:

$$\sum \frac{B_t}{(1 + TIR)^t} = \sum \frac{I_t}{(1 + TIR)^t} = 0 \quad ^{10} \quad (3)$$

⁹ Também conhecido como método da “Internal Rate of Return”, “earning power” ou “discounted cash flow”.

¹⁰ Eq. (3) Extraída de Marques (2006), Pág.134.

Onde: B_t - benefícios do projecto;

I_t – investimento e custos do projecto;

TIR – taxa interna de retorno;

t – tempo de vida útil do projecto, geralmente dado em anos.

A **TIR** de um projecto confronta-se com o Custo de Oportunidade do Capital para o promotor. Enquanto critério de decisão exige sempre taxa de juro de referência (i) que é o referido Custo de Oportunidade de capital.

Assim, se a $TIR \geq i$, o mérito de um projecto segundo este critério é considerado válido e aprova-se, e se a $TIR < i$, o projecto não tem mérito e rejeita-se.

3.2.5.4 Método do Pay-Back¹¹

Segundo Ferreira (1985), procura-se o período de reembolso do investimento total (em capital fixo e em fundo de maneo), ou seja, o período de tempo necessário para que o fluxo líquido de receitas atinja o total que foi despendido com a realização do empreendimento e a sua exploração.

No entanto, a administração da entidade promotora do projecto, estabelecerá um período de “Pay-Back” e sempre que a recuperação do valor de um investimento projectado demore mais do que o estabelecido, é rejeitado o investimento. O processo pode também servir para estabelecer prioridades para os investimentos de reembolso mais rápido. Portanto, é o período de tempo necessário para que no período de exploração sejam recuperados os recursos aplicados no período de investimento. Este período pode determinar – se através da resolução da seguinte equação:

¹¹ Também conhecido por método do Pay – Out e Período de Recuperação do Capital

$$\sum \frac{Bt}{(1+i)^t} = \sum \frac{It}{(1+i)^t} \quad ^{12} \quad (4)$$

Onde: **B_t** - benefícios do projecto;

I_t - investimento e custos do projecto;

i - taxa de juro;

t - tempo de vida útil do projecto, geralmente dado em anos.

Aceita-se o projecto quando período de recuperação do capital é menor que o período de vida útil do projecto. É um critério muito utilizado mas extremamente falso, na medida em que é neutro em relação a todos os benefícios que ultrapassam o período de recuperação do investimento. É um critério muito simples e adequado à avaliação de projecto em contextos de grande risco ou com ciclos de vida curta, mas não é adequado à avaliação de projecto de longa duração.

3.2.6 *Vantagens e desvantagens dos métodos de apreciação dos investimentos na óptica empresarial*

3.2.6.1 Método de cálculo dos custos e proveitos em termos contabilísticos

a) Vantagens

- A apresentação revela-se mais explicativa, facto que favorece a compreensão.

¹² Eq. (4) Idem, 2006. Pág138.

b) Desvantagem

- Não toma em conta a actualização financeira. Porém pode considerar juros pagos e propicia comparações de lucros líquidos com o capital próprio o que é muito útil para os gestores e sócios das empresas;

3.2.6.2 O Valor Líquido Actualizado (VLA)

a) Vantagens

- Permite saber, de entre investimentos diferentes, qual o que dá “receita líquida esperada” maior, a uma taxa escolhida;
- Uma vez determinados os fluxos de caixa esperados e fixados a taxa de actualização, o seu cálculo é muito simples;

b) Desvantagens

- Não permite, porém, saber qual a exacta taxa de rentabilidade do investimento, nem a taxa de rentabilidade do capital próprio que é apanágio do método contabilístico;
- Não permite diferenciar os investimentos relativamente ao seu volume e tempo;
- Supõe que a taxa de actualização se mantém constante durante o período de vida útil do projecto, o que pode ser inconveniente, na medida em que certas alterações da estrutura financeira da empresa se reflectem no custo do capital;

- A comparação entre projecto é feita tomando como referência o mesmo ano base;
- Necessita de selecção prévia da taxa de actualização (i), ou seja, tem de se definir previamente qual o limiar mínimo de remuneração que o investidor aceita.

3.2.6.3 O método da Taxa Interna de Retorno (TIR)

a) *Vantagens*

- Serve para determinar o empreendimento que dá rendimento a taxa mais elevada e para rejeitar os empreendimentos abaixo de uma taxa de referência;
- Não requer a selecção prévia do custo de oportunidade de capital, o que, para um projecto com uma **TIR** muito elevada ou muito baixa, não é necessário saber;
- Permite a comparação imediata da rentabilidade de um investimento com outros de possível aplicação alternativa dos fundos;
- Permite fácil comparação da rentabilidade de um projecto com os custos normais de financiamento;

b) *Desvantagens*

- Não permite boa selecção em investimentos de duração e dimensão diferente;
- Pode não existir **TIR** ou existirem várias **TIR's** para os projectos não convencionais, isto é, quando se fazem reinvestimentos de vulto ao longo da vida útil do projecto.

3.2.6.4 Método do Pay-Back

a) *Vantagens*

- Fácil de determinar;
- O valor de um projecto não se mede só pela importância dos benefícios líquidos anuais, mas também pelo período de vida do projecto e pelo escalonamento no tempo das receitas e despesas;
- É um bom complemento de outros métodos mais elaborados.

b) *Desvantagens*

- Não considera o lucro global do investimento nem toma o valor residual do investimento;
- Esquece as receitas após o período do “Pay - Back”;
- Não permite avaliar directamente a rentabilidade do projecto, nem o risco;

Entretanto, cada método tem seu papel a desempenhar, mas deve-se conjugar todos eles, o que pode ajudar a apreciar e a decidir entre as várias hipóteses possíveis.

3.2.7 *Critérios e métodos de avaliação de projectos investimentos na óptica social*

Segundo ABECASSIS e CABRAL (2000), os métodos de avaliação social centram-se na preocupação de determinar e medir os efeitos económicos decorrentes das decisões de investimento. São identificados, em termos gerais, duas grandes linhas de actuação

(critérios elementares e globalizantes), relacionadas com a menor ou maior dificuldade e complexidade na identificação e tratamento dos elementos do projecto que permitam aferir da natureza, intensidade e globalidade dos seus múltiplos efeitos macroeconómicos.

3.2.7.1 Os Critérios Elementares ou Primários

Para Marques (2006), os critérios elementares são meros instrumentos de conferência de grau de integração dos projectos nos planos de desenvolvimento e também, servem de complemento da avaliação financeira, atendendo os objectivos fixados nos Planos de Desenvolvimento que se traduzem geralmente na aceleração do crescimento do produto nacional, no aumento do emprego e no equilíbrio das trocas externas. A utilização destes critérios faz-se com preços de mercado, sem necessidade de correcções profundas e sem exigências de modelos globais macroeconómicos para a sua operacionalidade.

a) Efeitos do projecto em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O cálculo destes efeitos tem como objectivo, a medição da harmonia do projecto com o objectivo de crescimento do produto nacional e consequentemente o regional e sectorial, revestindo-se de diferentes formas, a saber:

1. O Valor Acrescentado Bruto (VAB), para os anos de vida útil do projecto, constitui uma medida de mera importância na realização do plano de desenvolvimento local, bem como nacional;
2. Deve-se relacionar o VAB do projecto com o Investimento total nele realizado. Desta realização resulta o coeficiente médio de capital, que é igual ao Investimento dividido pelo VAB. Analiticamente:

$$CMeC = \frac{I_0}{VAB} \quad (5)$$

Onde: **CMeC** – Coeficiente médio do Capital;
I₀ – Investimento Total;
VAB – Valor Acrescentado Bruto.

b) Efeitos do projecto em termos de Emprego

Neste critério mede-se a contribuição do projecto em termos de objectivos sociais nomeadamente de criação de emprego e repartição de rendimentos. Procura-se dar enfoque ao número de postos de trabalho que o projecto vai criar. Portanto, deve-se representar os postos de trabalhos criados desagregados em grupos alvos e relacioná-los com o investimento total a realizar.

A medição centra-se em:

1. Produtividade média da mão-de-obra (PML), que dá a contribuição anual de cada trabalhador no produto final (VAB), isto é:

$$PML = \frac{VAB}{L} \quad 13 \quad (6)$$

Onde: **PML** – Produtividade Média de mão-de-obra;

VAB – Valor Acrescentado Bruto;

L – n^o de trabalhadores.

2. A distribuição de rendimentos do projecto (DRP)

$$DRP = \frac{W}{VAB} \quad 14 \quad (7)$$

¹³ Eq. (5) Extraída de ABECASSIS e CABRAL, 2000, Pág.115.

Onde: **DRP** – Distribuição de Rendimentos do Projecto;

W – remunerações salariais;

VAB – Valor Acrescentado Bruto.

3. Intensidade do Factor Trabalho (**IFT**)

$$IFT = \frac{\text{capital}}{n^{\circ} \text{de empregos}} = \frac{I}{L} \quad (8)$$

Onde: **IFT** – Intensidade do Factor Trabalho;

I – Capital investido;

L – Número de empregos.

Neste critério, normalmente, considera-se favorável o projecto que apresentar maior **PML** e melhor **DRP**. Entretanto, Abecassis e Cabral (2000) fundamenta que, em local com maior desemprego, serão preferidos os projectos com maior **PML** para igual valor do produto (**VAB**), isto é, para dois ou mais projectos que gerem iguais quantidades de **VAB**, na perspectiva deste objectivo, escolhe-se o que criar mais emprego.

¹⁴ Eq. (6), Idem.

¹⁵ Eq. (7), Idem.

c) Efeitos do projecto em termos de criação de divisas

Neste critério avalia-se o impacto no equilíbrio relativo da balança de pagamentos que é um dos objectivos do plano macroeconómico. Mas, dado o principal objectivo do OIL, este indicador não é relevante.

3.2.7.2 Quanto aos Critérios globalizantes

Estes critérios segundo Abecassis e Cabral (2000), consistem num reajustamento dos primários, visto que, tornam-se ineficientes quando tomados isoladamente. De salientar que apesar dos méritos dos métodos primários, estes tem como constrangimento: escassa disponibilidade de elementos para permitir tratamentos econométricos exigentes (como funções de produção de factores complementares ou substituíveis e matrizes de relações intersectoriais).

De notar que, dada a simplicidade dos projectos aprovados, é consistente com aplicação de critérios primários que respondem de forma isolada e independente a cada objectivo previamente definido, sendo desta forma critérios parcelares. Aqui, os objectivos são relacionados com o produto nacional, e no contexto do OIIL, com a produção local, criação de emprego e segurança alimentar com vista a erradicação da pobreza absoluta.

3.2.8 Vantagens e desvantagens da análise económica ou social.

3.2.8.1 Vantagens

As vantagens da utilização dos critérios elementares na avaliação económica decorrem da sua simplicidade e possibilidade de aplicação, facto que nem sempre acontece com os critérios globalizantes. Efectivamente, face a escassa disponibilidade de elementos que

permitam tratamentos econométricos exigentes, no âmbito da aplicação dos critérios globalizantes para a determinação de funções de produção ou para a construção de matrizes de relações inter-económicas, é viável a aplicação dos critérios elementares de avaliação social em projectos de média dimensão e quando a política económica visa estimular a actividade económica em determinados sentidos ou segundo determinados objectivos parcelares fixados no plano, que são, os de crescimento do produto, emprego, das exportações e outros.

3.2.8.2 Desvantagens

No que toca as desvantagens, constata-se que estes critérios são insuficientes para medir o impacto na economia resultante da implementação de grandes projectos. E reduzem-se apenas num procedimento de complementaridade, relativamente a avaliação financeira, ambos utilizando preços de mercado. Logo, sem as adequadas correcções, por enquanto o sistema de preços de mercado não reflecte os custos e benefícios reais do projecto para a colectividade.

“O cálculo dos indicadores referidos no âmbito dos critérios elementares deixa na “sombra” múltiplos outros efeitos ou economias externas à entidade promotora do projecto, efeitos que podem pesar decisivamente na avaliação do ponto de vista social e que, desta forma, não são considerados”, (MARQUES, 2006).

Portanto, a avaliação por estes critérios elementares, em que se consideram indicadores isolados, dificulta a tomada de decisão em matéria de selecção de projecto. De facto, um projecto poderá apresentar elevado Valor Acrescentado Bruto (VAB) mas, gerar pouco emprego e um determinado saldo em divisas, menor ou maior. Outro projecto poderá já apresentar mérito em termos de criar elevado emprego mas, gerar em pequeno volume de VAB ou outro indicador. Nestas condições, torna-se difícil seleccionar os projectos em termos de maximizar as vantagens macroeconómicas.

A criação de elevado emprego noutros projectos seleccionados por este critério poderá implicar a formação de pequeno VAB decorrente da aplicação de mão-de-obra intensiva e de equipamento com tecnologias menos evoluídas. No limite, os efeitos positivos ou negativos de uns projectos contrariam ou anulam total ou parcialmente os efeitos dos outros, limitando ou estrangulando os resultados esperados de determinadas políticas económicas conjunturais e estruturais. Dai a importância de conhecer e hierarquizar previamente as prioridades dos planos e de eleger indicadores de medida dos efeitos dos projectos em termos mais globais.

3.2.9 Considerações sobre a selecção de Projectos

3.2.9.1 No contexto empresarial

Na perspectiva empresarial, constata-se que nem sempre será correcto utilizar apenas um dos critérios para decidir a escolha de dois ou mais projectos. Será conveniente fazer uma análise conjugada, hierarquizando e comparando os resultados obtidos.

A selecção recairá, assim, sobre o projecto que em termos relativos se afigure mais vantajoso do ponto de vista de rentabilidade, se outros objectivos já tiverem sido previamente considerados.

3.2.9.2 No contexto nacional

No âmbito da economia nacional, Marques (2006) argumenta que é através da implementação de projectos de investimento que se materializam os objectivos e as orientações estratégicas globais, sectoriais e regionais do plano. Abecassis e Cabral (2000) defende que, o conjunto de investimentos e despesas de funcionamento da administração pública têm repercussões macroeconómicas diversas, umas positivas e outras negativas, nomeadamente sobre emprego, o Produto Nacional, a dívida externa, o

défice orçamental e a inflação, entre outras, é imperioso compatibilizar, minimizando os efeitos benéficos, numa permanente procura de equilíbrio possível e compatível com a capacidade financeira, técnica e de execução material dos projectos.

Neste contexto, surge a necessidade de seleccionar criteriosamente os projectos a incluir no plano, de modo a periodizar o mais aconselhável para atingir os objectivos e aplicar as estratégias superiormente definidas.

3.2.10 Estruturação da informação para o estudo de rentabilidade financeira de um projecto

Os procedimentos relativos a esta temática envolvem a elaboração de um conjunto de peças contabilísticas fundamentais para a sistematização e tratamento adequados da informação pertinente para a determinação da rentabilidade. É indispensável para um estudo da rentabilidade previsionial do investimento ter-se como informação básica:

- A duração do investimento (vida útil);
- Usura física e económica;
- O valor do investimento;
- O cash-flow líquido esperado (receitas e despesas esperadas) ao longo da exploração;
- O valor residual do investimento em capital.

Entretanto, a avaliação financeira bem como a macroeconómica implica pesquisa e arrumação sistemática de elementos técnicos, económicos e financeiros que, devidamente estruturados para possibilitar a determinação da rentabilidade do projecto.

Segundo Marques (2006), as peças fundamentais que resultam desta estruturação da informação são: plano de investimentos, de exploração, de financiamentos e os balanços previsionais.

3.2.10.1 O plano de investimento

O seu conteúdo e valor decorrem das alternativas seleccionadas na fase dos estudos de viabilidade, a elaboração comporta pois, definição, descrição, valoração e calendarização dos investimentos previsionais de maneira a permitir a elaboração de um mapa de síntese que poderá ter a forma indicativa.

3.2.10.2 O plano de exploração (contas de exploração previsionais anuais)

Este comporta a elaboração das contas de exploração previsionais para cada um dos anos de vida útil esperada para o projecto. A partir do orçamento de vendas e outros proveitos e das despesas previstas, uns e outros relacionados exclusivamente com a actividade do projecto devidamente sistematizados.

3.2.10.3 Plano de financiamento

Este plano contém exclusivamente os valores financeiros previsionais relacionados com a cobertura dos investimentos e as actividades de exploração do projecto em cada um dos anos da sua vida útil esperada.

3.2.10.4 Os balanços previsionais

Dão síntese final previsional do activo e do passivo desdobrado na parte financiada com capitais alheios e com capitais próprios, respectivamente.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PESQUISA

A presente pesquisa visa analisar a consistência dos critérios de análise de viabilidade de projectos, caso do distrito de Sussundenga no contexto do Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais.

4.1 O Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIL) em Moçambique

Partindo da análise da evolução dos níveis de financiamento público (OIL) em Moçambique no período de 2006 – 2009, o presente capítulo procura compreender as dinâmicas e impactos de implementação do fundo.

4.1.1 Origem do OIL

“OIL é resultado do aprofundamento de processo de descentralização e desconcentração em curso no país. Tem abrigo na Lei 8/2003 de 19 de Maio, e no regulamento 11/2005 de 10 de Junho, onde está definido que o distrito é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique”, (MPD, 2006-2008:13).

O financiamento vem reforçar o princípio do Distrito como pólo de desenvolvimento, e assegurar um instrumento concreto de intervenção que permita que os pequenos agentes económicos dos distritos possam viabilizar suas ideias de negócios. Antes, do mesmo ser considerado unidade orçamental, ou seja, antes de 2006, os governos Distritais recebiam apenas, transferências para o seu funcionamento.

Perante estas condições, as capacidades financeiras dos Distritos eram bastante limitadas. As dotações recebidas a partir das Direcções Provinciais de Plano e Finanças (DPPFs) cobriam, essencialmente, o pagamento dos salários dos funcionários afectos nas

administrações distritais e de algumas despesas de funcionamento. O investimento público na área social realizava-se a partir de dotações sectoriais muito dependentes dos planos elaborados centralmente, além daquele que provinha de Organizações Não Governamentais (ONGs), muitas vezes desenquadradas das prioridades definidas localmente.

Entretanto, a nível distrital os recursos disponibilizados pelos parceiros não se destinavam à promoção e financiamento directo de empreendimentos económicos de iniciativa privada, quer de forma singular quer por via de associações ou cooperativas. O OIIL na forma como se apresenta hoje, constitui um avanço em relação ao modelo implementado em forma de projectos com apoio de parceiros de cooperações internacionais, assegurando que o Estado assumia um papel activo na dinamização da economia rural, (MPD, 2006-2008). Sendo assim, a partir de 2006 todos os governos Distritais passaram a receber dotações orçamentais.

4.1.2 Critérios de atribuição do OIIL e mudanças introduzidas no processo

Dada a necessidade de alocar os recursos de decisão local em 2005, houve dificuldades de apresentar os indicadores de diferenciação por Distrito para 2006. Deste modo, distribuiu – se a todos os Distritos do país pelo princípio de igualdade o valor de sete milhões de meticais.

Em 2007 foram introduzidos critérios de diferenciação, designadamente:

- (i) Número da população, com um peso ponderado de 35%;
- (ii) Índice de pobreza, com 30%;
- (iii) Extensão do território, com 20%;
- (iv) E factores ligados com a capacidade de colecta de receitas públicas com 15%.

De acordo com o MPD (2008), os critérios de selecção, priorização, procurement, modalidade de financiamento e outros aspectos de natureza similar, considerando o carácter inovador do OIIL, não foram claros. Por esta razão, o cadastramento dos projectos, incluindo documentos de suporte da atribuição de recursos foram mal concebidos por todas as províncias do país.

4.1.3 Principais realizações

Em 2008, foi introduzida uma verba adicional do OIIL, desta feita para a cobertura de despesas de decisão local relacionadas com infra-estruturas de pequeno porte, manutenção e aquisição de bens duradouros. Esta verba alocada inicialmente em 2008, no valor de “2,3 milhões de MTs” subiu para “2,5 milhões de MTs” em 2009.

O outro complemento vem das verbas de cerca de um milhão de Meticais descentralizadas a partir dos sectores centrais e provinciais, referentes aos sectores de água, estradas, agricultura, educação e saúde.

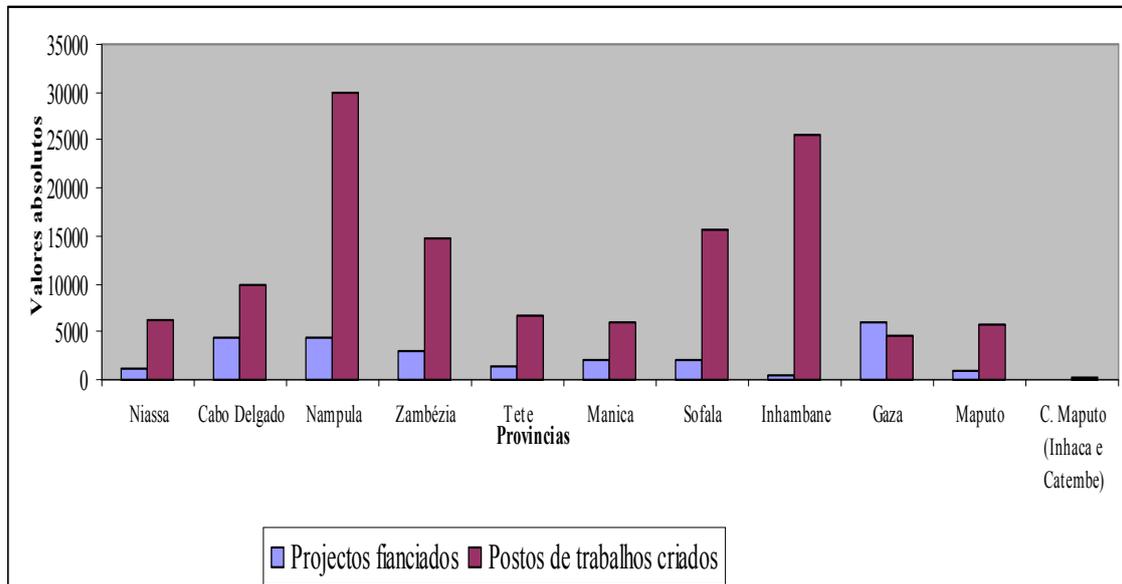
No entanto, a nível nacional, durante o período de 2006-2008, o OIIL gerou cerca de 109.737 postos de trabalho como resultado de financiamentos de 25.998 projectos por todo o País. Como pode-se observar na tabela abaixo, a província de Nampula foi a que teve maiores sucessos no que concerne aos postos de trabalho com uma representação de 23.8% quando comparado com as restantes províncias do País, (vide tabela 1).

Tabela 1: *Rácio de número de projectos financiados e postos de trabalho, no período de 2006 à 2008.*

Província	Projectos financiados (1)	Postos de emprego (2)	Rácio (2/1)
Niassa	1.229	6.332	5.2
Cabo Delgado	4.319	10.000	2.3
Nampula	4.300	29.894	7
Zambézia	2.983	14.810	5
Tete	1.404	6.775	4.8
Manica	2.183	5.882	2.7
Sofala	2.110	15.697	7.4
Inhambane	469	25.536	54.4
Gaza	6.092	4.571	0.8
Maputo	854	5.685	6.7
C. Maputo (Inhaca e Catembe)	55	236	4.3
Total	25.998	125.418	4.8

Fonte: MPD, O OIIL e a Dinamização da Economia Rural em Moçambique (2006-2008)

Gráfico 1: *Número de Projectos financiados e postos de trabalho (2006-2008)*



Fonte: Adaptado da Tabela1: *Rácio de número de projectos financiados e postos de trabalho, no período de 2006 à 2008.*

4.2 Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais – caso do Distrito de Sussundenga

O presente subcapítulo apresenta os resultados obtidos da pesquisa efectuada aos agentes intervenientes da aplicação do fundo (os beneficiários e o Conselho Consultivo Distrital em Sussundenga), no sentido de demonstrar a análise de projectos feita pelo CCD, projectos e seus impactos desde a implementação da política do fundo.

4.2.1 Caracterização do Distrito

a) Limites e Situação geográfica

O Distrito de Sussundenga, limita-se a norte pelos Distritos de Manica e Gondola através dos rios Revué e Zónue, a Sul pelo Distrito de Mossurize, a Este pelo Distrito de Chibabava (Sofala) e a Oeste pela República do Zimbabwe, (vide em anexo 2).

A área total do Distrito é de 7.060 Km² e estende-se por cerca de 100 km do Oriente para o Ocidente e cerca de 120 km do Norte para o Sul. Segundo o censo populacional de 2007, o Distrito de Sussundenga tem cerca de 129.851 habitantes distribuídos em quatro postos Administrativos nomeadamente: posto Administrativo Sede-Sussundenga; de Muôha; de Rotanda e Dombe.

É potencial em solos argilo-arenosos e barrentos compostos de subsolos médios a pesados, adequados para a prática da agricultura. Também apresenta um potencial turístico com destaque para Monte Binga na cordilheira do Chimanimani, as ruínas milenares de “Buwe Re Marozwi”, paisagem de “Ponte-de-Deus”.

Segundo o GOVERNO DO DISTRITO DE SUSSUNDENGA (2008), a principal actividade desenvolvida localmente é a agricultura. A economia do Distrito é assegurada basicamente por actividade agropecuárias, recursos florestais e energéticos, pequenas

indústrias e serviços. Contempla três principais culturas agrícolas tais como, milho, mapira e feijão.

4.2.2 Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIL)

Segundo ORIENTAÇÕES PARA A PREPARAÇÃO DO PES E OD PARA (2007-2008), o OIL começou a operar em 2006 com um fundo de Sete mil meticais, daí que, até vulgarmente se designa por “fundo sete milhões”, visando promover actividades e projectos de iniciativa das comunidades para reduzir os índices de pobreza, melhoria das condições de vida e promoção do desenvolvimento local.

No entanto, o OIL serve para financiar projectos de geração de rendimento, emprego e produção de alimentos, com vista a garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza.

4.2.3 Componentes do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

4.2.3.1 Projectos de geração de rendimentos e emprego

Referem-se à todos aqueles que tem como objectivo: obtenção de mais renda para as associações, empresários, comunidades e famílias, de forma directa ou indirecta, envolvidas na iniciativa de produção ao nível do Distrito.

Os projectos de geração de rendimento e emprego, passíveis de serem financiados são:

- Projectos de aquisição de “kits” para marceneiros, ferreiros, latoeiros, serralheiros e de aquisição de insumos para a promoção de fruticultura e outras plantas de interesse sócio – económico, para meios de frio e secagem;

- Pequenas oficinas para reparação de bicicletas, motores, bombas de água, afiação de catanas, enxadas, de fabrico e aproveitamento de materiais de construção civil, de pescas e apicultores,

4.2.3.2 Projectos de produção de alimentos

Referem-se aos que cuja natureza final é o aumento dos níveis de produção, aprovisionamento de sementes melhoradas, fertilizantes e instrumentos de produção e o uso de tecnologias melhoradas e adequadas à realidade local.

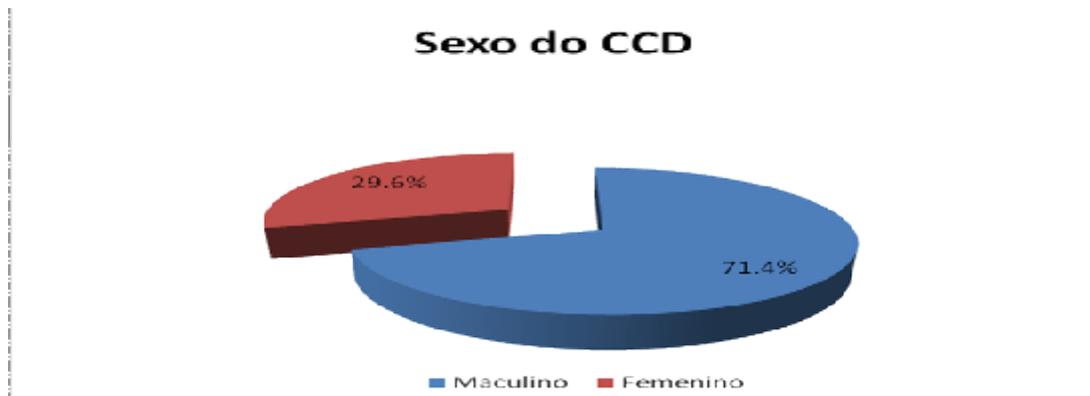
Nesta perspectiva, as actividades que concorrem para a produção de alimentos e que são passíveis de financiamento são:

- De aquisição de insumos agrícolas (sementes, agro - químicos, fertilizantes), de equipamento agrícola (juntas de bois, enxadas, catanas, tractores);
- Projectos de construção de pequenos e médios silos para armazenamento de produtos agrícolas;
- De tecnologias de baixo custo para o processamento de produtos agrícolas (produção de sacos, moageiras, máquinas de aproveitamento de cana-de-açúcar);
- De casas agrárias para prestação de serviços à núcleos familiares, micro - empresas e associações, (vide tabela 6 em anexos).

4.2.4 Constituição do Conselho Consultivo Distrital

O Distrito de Sussundenga conta com dezanove (19) Conselhos Locais com um efectivo de 625 membros, onde verificou – se que 71.4% destes são do sexo masculino e os restantes 29.6% do sexo feminino (vide gráfico 2), nota – se a que a maior parte dos membros do CCD é do sexo masculino.

Gráfico 2: *Distribuição dos membros do Conselho Consultivo Distrital por Sexo*

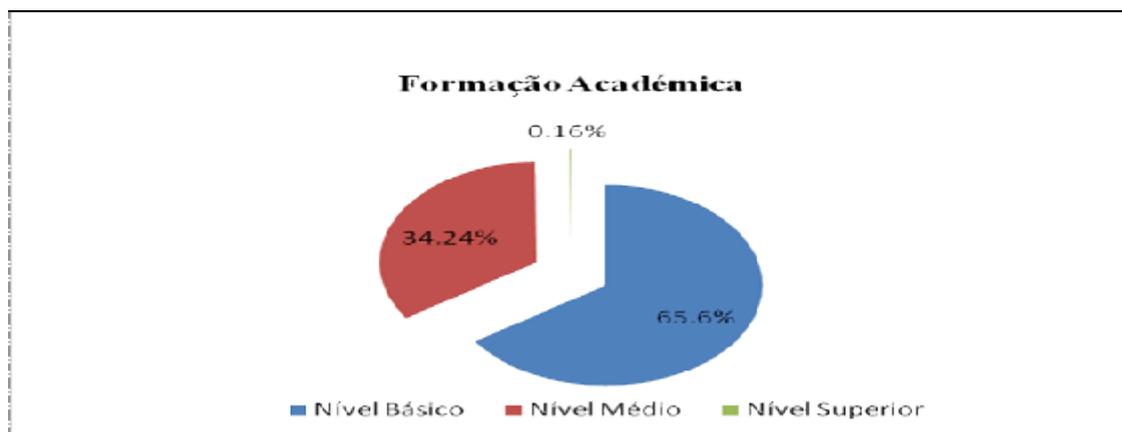


Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

No que respeita a formação académica dos membros, a que afirmar que 0,16% dos membros do Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga, têm o nível superior, 34,24% dos membros têm o nível médio e apenas 65,6% têm nível básico (vide o gráfico 3).

Isto mostra que a maior parte dos constituintes do CCD do Distrito de Sussundenga tem nível básico.

Gráfico 3: *Distribuição do Conselho Consultivo Distrital por nível académico*



Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

4.2.5 Princípios básicos para selecção de projectos no Distrito de Sussundenga

De acordo com o CCD local, os princípios básicos utilizados para aprovação de um projecto no contexto do OIIL orientam-se em:

- As necessidades da comunidade;
- A implementação deve ser localmente;
- A proposta deve privilegiar o uso de recursos locais (humanos, materiais e naturais);
- A concessão é feita às associações, microempresas e singulares que tenham potencial para emergirem como empresários locais, desde que as propostas de projectos sejam viáveis, sustentáveis e recomendados pelos CCD's;
- E são também elegíveis aos recursos do OIIL os funcionários públicos e membros do CCD, desde que estes não participem nas secções de análise de projectos, para se evitar conflitos de interesse.

4.2.6 Os critérios de avaliação de projectos no Distrito de Sussundenga

Dadas as dificuldades que o CCD apresenta sobre análises de projectos, os critérios por estes utilizados enquadram-se cientificamente nos métodos de cálculo de custos e proveitos em termos contabilísticos que neste caso consistem na diferença entre receitas esperadas e despesas posteriores, entretanto, não consideram o valor temporal do dinheiro. Ao quanto dos factores de risco, o CCD não apresenta nenhuma abordagem prática de medição. Portanto, a determinação da viabilidade de um projecto, é definida pelo ajuste entre os custos, as despesas no cronograma do projecto e os recursos disponíveis, (vide anexo 3).

4.2.7 *Aplicação prática dos métodos de rentabilidade financeira de projecto*¹⁶

Tomando em consideração do anexo três (3), observa-se que a elaboração e evidenciação dos cálculos para a aplicação dos métodos da Taxa Interna de Retorno (TIR) e do Valor Líquido Actual (VLA) ficam favorecidas com o uso de quadros de contas de exploração e dos respectivos balanços previsionais devidamente sistematizados e ordenados.

4.2.7.1 Métodos que não consideram o valor temporal do dinheiro

Tabela 2: *Receitas líquidas ou lucros anuais em relação ao capital investido*

Investimento	Receitas líquidas anuais		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
126.000,00	43.780,00	43.780,00	43.780,00
Receitas líquidas totais	Capital Investido	Receitas por unidade de capital	
131.340,00	126.000,00	1.04	

Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

¹⁶ Comentários adicionais derivados das limitações decorrentes desta exemplificação:

- Supõe-se que os desembolsos com o Investimento tem lugar no início do primeiro ano e que as despesas e as receitas esperadas se verificam no final dos anos a que dizem respeito;
- Não se considerou o fenómeno inflação o que constitui simplificação

4.2.7.2 Métodos que não consideram o valor temporal do dinheiro

Tabela 3: *Cálculo do Tempo de Recuperação do Capital - “ Pay - Back” (TRC) em Meticais*

Período (em anos)	0	1	2	3
Investimento I	(-144.000,00)			
Receitas II		219.000,00	219.000,00	219.000,00
Custos Totais III		175.220,00	175.220,00	175.220,00
Amortizações IV $\left(\frac{I}{3}\right)$		48.000,00	48.000,00	48.000,00
Necessidade do Capital Circulante V		12.000,00	12.000,00	12.000,00
Investimento em capital Circulante VI		12.000,00		
Resultado apos imposto VII $(II - III - 3.000)$		43.780,00	43.780,00	43.780,00
Margem de auto financiamento VIII $(VI + IV)$		91.780,00	91.780,00	103.780,00
Fluxo de caixa IX $(I + VIII)$	(-144.000,00)	91.780,00	91.780,00	103.780,00
Fluxo de caixa acumulado $(X_{n-1} + X_n)$		-52.220,00	39.560,00	143.340,00

Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

De acordo com cálculos apresentados acima, constata-se que o Tempo de Recuperação do Capital “ Pay-Back” (TRC) é de dois (2) anos, ou seja, o projecto precisa de dois (2) anos para reembolsar por completo o investimento feito.

Tabela 4: Cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR)

Ano de previsão	Cálculo para 0%	Cálculo para 2%		Cálculo para 5%	
		Factor	Valor Actual	Factor	Valor Actual
No começo	126.000,00	1,	126.000,00	1,	126.000,00
Durante					
1°					
2°					
3°					
Total "A"	126.000,00		126.000,00		126.000,00
Fim	Reembolso				
1°	43.780,00	0.98	42.904.40	0.95	41.591,00
2°	43.780,00	0.96	42.028.80	0.91	39.839,00
3°	48.780,00	0.94	41.254,90	0.86	37.650,80
Total "B"	131.340,00		126.188,10		119.081,60
Rácio (A/B)	0.959		0.999		1.058

Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

$$(1.058 - 0.999) \text{ _____ } 3\%$$

$$\text{TIR} = 5\% - 2.949\%$$

$$(1.058 - 1.000) \text{ _____ } X$$

$$\text{TIR} = 2.05\%$$

$$X = 2.949\%$$

Gráfico 4: Representação gráfica do VLA e TIR



Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

O gráfico acima mostra que o projecto é de excluir, pois, a taxa mínima aceitável (5%) o VLA é negativo, ou seja, o projecto irá gerar perdas na ordem de 6.918,4 do valor investido. Portanto, com base nos cálculos acima apresentados, pode-se depreender com o facto de o projecto ser financeiramente inviável quando aplicado critérios que evidenciam o factor tempo como o VLA e a TIR mas, quando analisado por critérios que não o considera, torna-se viável.

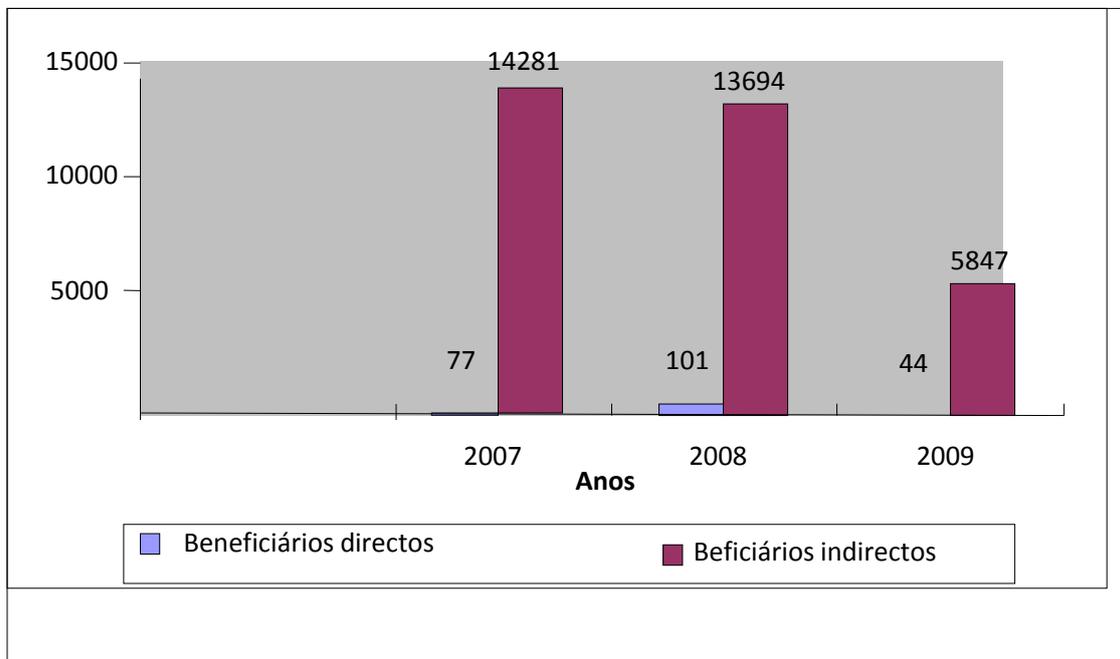
E em relação aos beneficiários, de acordo com os dados apresentados no gráfico abaixo, pode se verificar o ano de 2006 representa-se pela inexistência de beneficiários directos nem indirectos¹⁷, esta razão é explicada pela falta de clareza nos objectivos do fundo, sendo assim, o valor do ano em causa foi aplicado na reabilitação e construção de infra-estruturas sociais como o caso de centro de saúde, escolas, bombas de água, câmara frigorífica (morgue) para o centro de saúde distrital.

No entanto, houve um acréscimo na carteira dos beneficiários directos do OIIL, com destaque para o ano de 2008, onde atingiu-se cerca de 24%. Apesar do aumento do número de beneficiários directos, constata-se que em termos de impacto para a comunidade local reduziu para o mesmo ano, pois o número de beneficiários indirectos reduziu numa taxa de 4%, (vide gráfico 5).

Facto explicado pelo maior nível de projectos virados para o ramo comercial, onde estes empreendimentos não proporcionam maior empregos para a comunidade.

¹⁷ Beneficiários directos referem ao número de proponentes cujos projectos foram financiados pelo fundo; e beneficiários indirectos referem-se aos empregados pelo empreendimento, seus agregados familiares, bem como os consumidores.

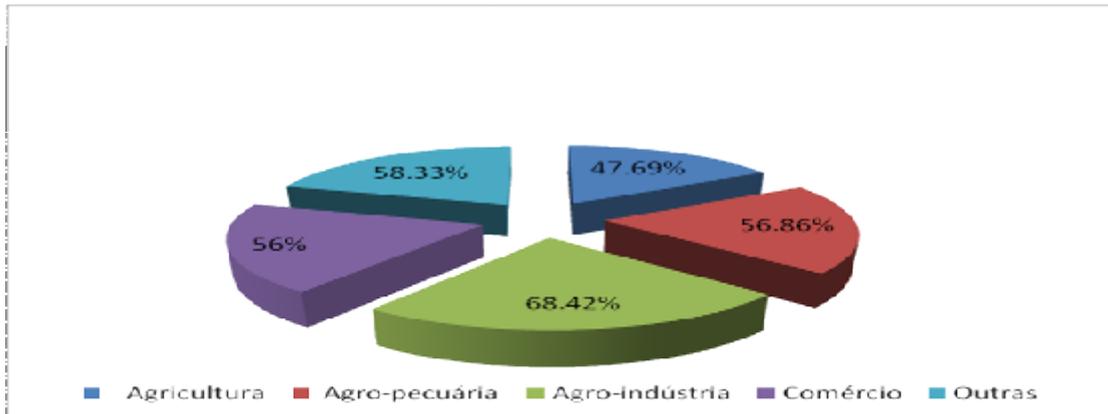
Gráfico 5: *Evolução do número de beneficiários (2006-2009)*



Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

Tendo em consideração aos projectos aprovados, constata – se que os de carácter comercial apresentam maior peso. Sendo caracterizados pela comercialização de produtos manufacturados de consumo directo, para além de também periodizar a comercialização de produtos intermédios, que constituem obstáculo para outros sectores de actividades, o que constitui fraco nível de integração entre sectores prioritários no Distrito. No entanto, a maior concentração dos projectos no ramo comercial, cria elevado nível de concorrência no sector, e dadas as condições de operação serem desfavoráveis (vias de acesso), muitos projectos são condenados ao fracasso, factos estes que se ilustram no gráfico que se segue:

Gráfico 6: *Comparação dos níveis de projectos aprovados com os em execução*



Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

Observado o gráfico 6, pode-se notar que no período em análise os níveis de projectos aprovados pelo CCD representam-se de forma inversa com a sua execução, ou seja, a tendência de execução dos projectos é decrescente em todos sectores de actividade, o que põe em causa o objectivo de sustentabilidade de projectos à médio e longo prazo, razão explicada pelos factores: alto nível de concorrência, elevados custos de produção, troca e distribuição e fraco nível de gestão por parte dos gestores dos empreendimentos.

Adicionalmente, são levadas a cabo acções multidisciplinares pelo CCD referentes a monitoria de projectos financiados pelo OIIL, mas o seu aprofundamento sobre a realidade das execuções dos projectos ainda é fraca, razão que, faz com que as taxas de reembolso ainda serem baixa, pois apesar do nível de consciência dos mutuários seja alto sobre a necessidade de devolver os recursos de modo a beneficiar mais pessoas. Factores que explicam esta situação: limitados conhecimentos de gestão financeira de projectos; fraca viabilidade técnica e financeiras dos projectos para enfrentarem situações de risco; constata-se situações de mudança de projectos pelos beneficiários sem comunicação prévia, facto que distorce os prazos para a execução dos mesmos, com reflexos nos níveis de reembolso.

Entretanto, a tabela abaixo mostra a dinâmica do volume de empréstimos desembolsados pelo CCD do Distrito de Sussundenga bem como os níveis de reembolsos efectuados

pelos beneficiários durante o período em análise. Com efeito, pode verificar que com excepção do ano de 2006¹⁸ que todos os sectores de actividade (actividades Agro-pecuária, Comércio e Outras¹⁹) apresentaram variações negativas drásticas em termos de taxas de reembolso na ordem de 3.6%; 11.3%; 7.8%, respectivamente, com melhorias para o sector da agricultura no período de 2007-2008, onde, o aumento foi de 0,4%, este facto deve-se a maior produção associada a boa campanha agrícola de 2007-2008.

Tabela 5: *Taxas de reembolso em percentagem*

Taxas de reembolso em (%)			
Actividade	2007	2008	2009
Agricultura	1.6	2	0.8
Agro-pecuária	4.1	0.3	0.5
Agro-indústria	4.5	2.8	0.2
Comércio	12	4.5	0.7
Outras	8.5	1.6	0.7

Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

4.2.8 Impacto dos projectos financiados em 2007- 2009

Aumento das áreas de cultivo e de produção agrícola, através do uso de tracção animal e tractor, de 0.5 para 3.0 hectares. Melhoria das condições de vida dos beneficiários, através de pequenos negócios, criação de frangos, diversificação da dieta alimentar, redução da distância para as moagens, livrando-se a mulher do processo de farinhação a mão, promoção de emprego através da instalação das indústrias moageiras, fomento pecuário, comercialização de produtos diversos e frangos.

¹⁸ Neste ano nenhum mutuário já Amortizou pelo menos uma parte da dívida

¹⁹ Referem-se as Carpintarias, Cabelarias, Alfaiatarias, Hortícolas, ferragens, oficinas.

4.2.9 Principais dificuldades e desafios

4.2.9.1 Dificuldades

Insuficiência de recursos para promoção de capacitação em gestão dos projectos por parte dos proponentes e membro da equipa técnica distrital, falta de recursos materiais e financeiros para garantir o trabalho de supervisão do grau de execução dos projectos em curso.

4.2.9.2 Desafios

Priorizar formação do CCD, em matéria de gestão de projectos, avaliação e monitoria dos projectos de geração de rendimento. Providenciar diligências junto dos parceiros para obtenção de recursos financeiros, matérias e meios circulantes para permitir que os membros CCD façam acompanhamentos de implementação dos projectos.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Do estudo efectuado referente aos critérios e métodos de avaliação de projectos de Investimentos no contexto do Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais (OIIL) no Distrito de Sussundenga no período em análise conclui-se que:

- O CCD local desconhecem dos critérios científicos de rentabilidade que incorporam aspectos de valor temporal do dinheiro;
- Os critérios e métodos usados pelo CCD de Sussundenga nas análises de projectos que lhes são submetidos se enquadram cientificamente nos critérios meramente contabilísticos, que não referenciam as actualizações financeiras;
- O rácio entre o número de projectos financiados e em execução é maior (numa média de 2), com maior enfoque no sector da Agricultura e Agro-pecuária, facto justificado pela insustentabilidade dos mesmos;
- Os níveis de reembolsos de investimentos feitos no período em análise são extremamente baixos;

De acordo com os resultados da pesquisa levam a aceitação da hipótese proposta no trabalho segundo a qual:

- A sustentabilidade de projectos financiados pelo OIIL no Distrito de Sussundenga é influenciada negativamente pelos critérios e métodos de análise de viabilidade de projectos, usados pelo Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga.

Pois, estes sugerem que a análise de viabilidade feita pelo CCD local sobre os projectos que lhes são submetidos é simples, que consiste na determinação de receitas líquidas em relação ao capital investido.

E pela fraqueza dos critérios e métodos de análise de projectos usados, se aprovam projectos que financeiramente não são viáveis, pois aplicando o método meramente contabilístico, o projecto gera lucro de cerca de 5.340,00 MTs, mas quando aplicados os métodos VLA e TIR que evidenciam o valor temporal do dinheiro, constata-se que, este gera perdas na ordem de 6.918,40 MTs do valor investido, facto que compromete a sustentabilidade do mesmo e consequente reembolso do capital investido.

Há que realçar também, que existem outros factores que afectam negativamente os níveis de reembolsos e de continuidade de projectos aprovados, mas o modelo de análise do presente estudo considerou apenas os critérios de avaliação de projectos, mantendo constante os diversos factores.

5.2 Recomendações

Com vista a promover melhores resultados sobre o fundo OIIL no Distrito de Sussundenga e tendo em consideração os resultados obtidos, o presente trabalho recomenda o seguinte:

- Potenciar a formação contínua do pessoal de modo a rentabilizar a aplicação do OIIL nas comunidades e aprimorar as condições de trabalho como meios de transporte para facilitar a monitoria dos projectos aprovados;
- Que sejam melhorados os critérios de análise de viabilidade de projectos e que se apliquem multicritérios financeiros tais como: métodos de cálculo dos custos e proveitos, VLA, TIR e período de recuperação do capital;
- Complementar os critérios de viabilidade financeira com os critérios elementares da análise social, tais como: a medição dos efeitos dos projectos em termos do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em termos de emprego, uma vez que, o fundo visa aumentar o emprego, produção e alimentação nos Distritos, que são efeitos macroeconómicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABECASSIS, Fernando; CABRAL, Nuno José (2000); *Análise Económica e Financeira de projectos*, editora Serviço de Educação fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, Lisboa;

DA COSTA, Jeremias Cardoso (2007); *Texto de Apoio: Elaboração, Análise e Gestão de Projectos de Investimento*;

DIAS, Álvaro Lopes (2002); *Análise Qualitativa de Projectos de Investimento*, Eidual – editora da universidade Autónoma, SA, Lisboa;

FEREIRA, Rogério Fernandes (1985); *Lições de Gestão Financeira*, Porto Editora, Lda, Vol2, Portugal;

GIL, António Carlos (2002); *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* apud BOAVENTURA, Edivaldo M (2007); *Monografia, Dissertação e Tese*, Editora Atlas S.A, São Paulo;

MARQUES, Albertino (2006); *Concepção e Análise de Projectos de Investimento*, 3ª edição, Editora Silabo, Lisboa;

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2009); *Metodologia do Trabalho Científico - procedimentos básicos; Pesquisa bibliográfica; Projecto e Relatório; Publicações e Trabalhos Científicos*, 6ª edição, Editora Atlas, São Paulo;

MAXINIANO, António César Amaru (2007); *Administração de Projectos: Como Transformar Ideias em Resultados*, 2ª edição, editora Atlas, São Paulo;

MIGUEL, António (2006); *Avaliação de Projectos: Construção do Business Case*, FCA – Editora de Informática, Lisboa;

CONSELHO CONSULTIVO DISTRITAL (2008); *Relatório das actividades realizadas por ocasião da visita de Sua Excia Presidente da República*, Sussundenga;

GOVERNO DO DISTRITO DE SUSSUNDENGA (2008); *Síntese do Relatório de Actividades realizadas no Distrito de Sussundenga por ocasião da visita de Excelência Senhor Presidente da República*, Armando Emílio Guebuza, Sussundenga;

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (Março de 2008), *Manual de formação em Matérias de Planificação Distrital Participativa*, Maputo;

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (Junho, 2007) *Orientações para a Preparação do Plano Económico e Social e Orçamento Distrital para 2008*, Maputo – Moçambique.

ANEXOS

Anexo 1 – Inquérito: **Questionário ao Conselho Consultivo Distrital (CCD)**

A presente pesquisa é de carácter académico e enquadra-se no âmbito dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura.

Orientação geral para o preenchimento do questionário

Marque com X nos espaços [()] da alternativa escolhida e escrever nos espaços reservados para o efeito.

I. Perfil do CCD

1) Nível de instrução escolar.

- | | | | |
|-------------|-----|--------------|------------|
| a. Primário | () | b. Básico | () |
| c. Médio | () | d. Superior | () |
| e. Nenhum | () | f. Outro () | Qual _____ |
-

2) Sexo.

- | | | | |
|-------------|-----|--------------|-----|
| a. Feminino | () | b. Masculino | () |
|-------------|-----|--------------|-----|

II Processo de análise e elegibilidade de projectos a financiar

1) Segundo o Banco Mundial, a avaliação económica de projectos se destina medir os efeitos do projecto na economia como um todo. No entanto, a (s) base (s) de análise é/são:

- | | |
|--|-----|
| a. Prioridade do sector em que se insere o projecto | () |
| b. Contributo do projecto para o desenvolvimento do projecto | () |
| c. Benefícios económicos Vs Custos dos recursos usados | () |
| d. Nenhum | () |
| e. Outro(s) (). Qual (ais) _____ | |

- 2) A decisão sobre a viabilidade de um projecto isolado ou comparado a outros pressupõe o emprego de indicadores e regras. Portanto, dos indicadores usados são:
- a. Pay — back (Tempo de Recuperação do Capital) ()
 - b. Valor Actual Líquido ()
 - c. Taxa Interna de Retorno ()
 - d. Relação Custo – Benefício ()
 - e. Nenhum ()
 - f. Outro(s) (). Qual(is)_____
- 3) Os instrumentos de base de análise usados para a organização e sistematização da informação são:
- a. Plano de Financiamento ()
 - b. Plano de Exploração ()
 - c. Plano de Reembolso ()
 - d. Nenhum ()
 - e. Outro(s) (). Qual(is)_____
- 4) A metodologia aplicada para a medição dos efeitos a nível do Produto (VAB) e emprego, na selecção e Hierarquização dos projectos é:
- a. Capital/ Produto (efeito sobre a produção) ()
 - b. Capital/Emprego (efeitos sobre a repartição do rendimento) ()
 - c. Nenhuma ()
 - d. Outro(s). Qual(is) () _____

III. Características e Resultados dos Projectos financiados

1) Qual é a metodologia de crédito que usa?

- a. Crédito Individual ()
- b. Crédito em grupos solidários ()
- c. Nenhum ()
- d. Outra. (). Qual(is) _____

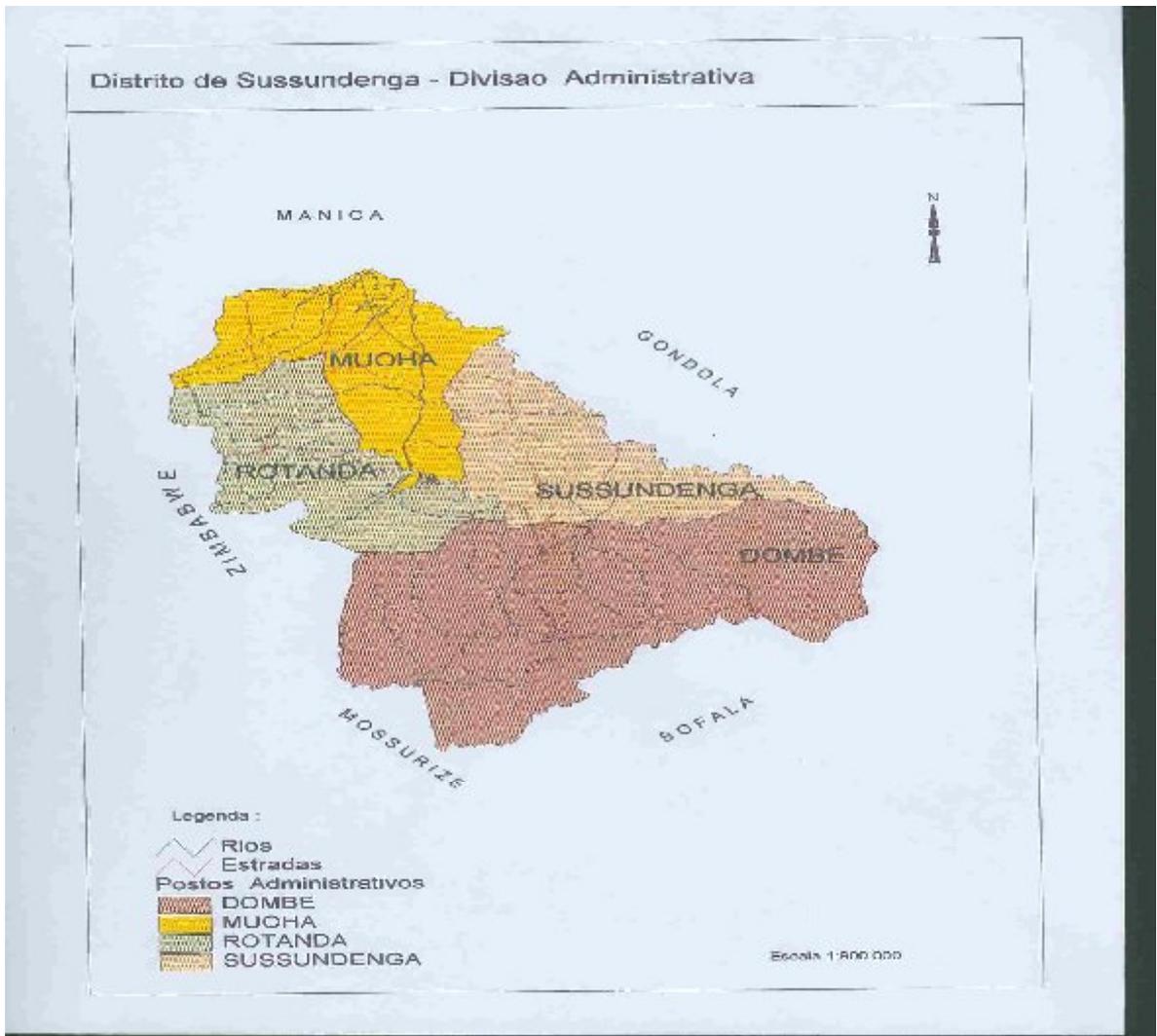
2) A evolução do número de projectos aprovados, projectos em execução e de mutuários de género (homens e mulheres), desde o início da operacionalidade do fundo.

Número de Projectos aprovados						Projectos em execução			
Actividade	2006	2007	2008	2009	Total	2006	2007	2008	2009
Agricultura									
Agro-pecuária									
Agro-indústria									
Comércio									
Outras									

3) Quais os valores financiados e reembolsados dos projectos por cada sector de actividade.

Valores de desembolso					Valores de reembolso			
Actividade	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Agricultura								
Agro-pecuária								
Agro-indústria								
Comércio								
Outras								
Total								

Anexo2 – **Figura 1:** *Mapa do Distrito de Sussundenga*



Fonte: Administração do Distrito de Sussundenga

Anexo 3 – Exemplo de um projecto comunitário aprovado em 2008

I. Introdução

O projecto de farinação de cereais enquadra – se na iniciativa do senhor Matanda residente no Posto Administrativo de Rotanda, Distrito de Sussundenga, Província de Manica, no contexto do seu programa de desenvolvimento sócio – económico local com vista a melhorar as condições de vida comunidade, minimizando a carência da falta de moageira para a farinação de cereais para o consumo familiar, tendo em vista encurtar a distância percorrida que varia entre 30 a 50 km para a moageira mais próxima. Este projecto tem a duração de 3 anos.

II. Pontos Fortes e Fracos

No Posto Administrativo de Rotanda, onde se pretende instalar a moageira é ponto de referência a nível do Distrito sob ponto de vista do potencial agrícola e pecuária.

III. Oportunidades e Ameaças

Com a existência da moageira em Rotanda, a população irá aumentar o tempo na actividade agrícola.

A dependência de factores climatéricos como a seca e a estiagem poderão afectar o ciclo de produção agrícola, e como consequência a rentabilidade da moageira poderá diminuir.

IV. Grupo Alvo

O projecto irá beneficiar a população de Rotanda em geral estimada em cerca de 11.878, segundo o Censo de 2007 habitantes e aos agricultores locais em particular.

V. Objectivos do Projecto

O presente projecto tem como objectivo principal, melhorar as condições de vida das populações, através de geração de rendimento e com objectivos específicos de facilitar o processamento dos cereais e aumentar a produção agrícola das populações.

VI. Resultados esperados

Com a implementação deste projecto espera – se alcançar os seguintes resultados:

- Redução da distância percorrida para a farinhação dos cereais;
- Aumento da disponibilidade de tempo para realizar outras actividades;
- Aumento de renda;
- Criação de mais postos de trabalho.

VII. Orçamento e análise de Viabilidade do Projecto

Para a realização do presente projecto será necessário adquirir uma moageira avaliada em cerca de 90 mil meticais, construir uma casa para a moageira, avaliada em 24 mil meticais e um fundo de maneio de cerca de 12 mil meticais. Além dos recursos já identificados será preciso contratar um operador da moageira e um guarda.

VIII. Viabilidade financeira do projecto.

Empréstimo (E)	126
Duração do projecto	3 anos
Taxa de juro (%)	5%

Investimento

Descrição	Custo em Mt
Compra de Moageira	90,00
Construções	24,00
Fundo de maneoio	12,00
Investimento total	126,00
Valor a reembolsar (VR) = $(E) \cdot (1+5\%)^3$	145.861,00
Ano	Amortização Anual (valor em MTs)
1	48,62
2	48,62
3	48,62
Valor total do Reembolso	145.861,00

Custos Operacionais

Descrição	Custo em Mts
Salários (1 guarda e 1 operador $(800+1000) \cdot 12$	21,60
Combustível $(200 \text{ litros} \cdot 12 \text{ meses} \cdot 40 \text{ MT})$	96,00
Manutenção $(1500 \text{ Mt} \cdot 4 \text{ trimstres})$	6,00
Imposto $(250 \text{ Mt} \cdot 12 \text{ meses})$	3,00
Custo Anual	126,60
Custo total = Amortização da dívida+Custo anual	175,22

Receitas

Descrição	Valor em Mt
30 Latas*365dias*20Mt	219.000,00

Determinação do Lucro

Descrição	Valor em Mt
Lucro = Receitas anuais – custos totais	43.780,00

Da análise de viabilidade financeira apresentada, pode-se concluir que o projecto de farinação de cereais no Posto Administrativo de Rotanda é viável. Tendo em conta que, consegue gerar recursos para cobrir custos envolvidos no investimento até ao último ano da vida do projecto ficará com um lucro.

Entretanto, no que se refere a sustentabilidade, espera-se dar continuidade do mesmo com recursos acumulados durante os três anos.

Anexo 4-**Tabela 6:** *Número de beneficiários do fundo (2006 - 2009)*

Número de beneficiários				
Ano	Directos	Taxa em (%)	Indirectos	Taxa e percentagem
2006	0		0	
2007	77	100	14.281	100
2008	101	23.76	13.694	-4.29
2009	44	-129.55	5.847	-134.21
Total	222		33.822	

Fonte: Conselho Consultivo Distrital de Sussundenga

Anexo 5 -**Tabela 7:** *Número de projectos financiados e em execução (2006-2009)*

Número de projectos aprovados					Projectos em execução			
Actividade	2007	2008	2009	Total	2007	2008	2009	Total
Agricultura	23	33	9	65	14	11	9	34
Agro-pecuária	22	21	8	51	12	9	8	29
Agro-indústria	9	7	3	19	8	7	3	18
Comércio	18	37	20	75	10	19	20	49
Outras	5	3	4	12	3	2	2	7

Fonte: CCD – Sussundenga

Anexo 6-**Tabela 8:** *Evolução de Valores desembolsados e reembolsados (2006-2009)*

Valores de desembolso				Valores de reembolso (MTs)		
Actividade	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Agricultura	2.932.290	2.478.450	2.602.800	46.187	50.000	21.400
Agro-pecuária	1.604.310	4.187.192	1.060.400	65.448	11.250	5.010
Agro-indústria	1.406.900	1.120.119	1.349.600	62.825	31.000	18.750
Comércio	1.388.500	2.524.239	1.253.200	16.6945	113.576	83.455
Outras	638.000	305.000	385.600	54.500	5.000	2.790
Total	7.970.000	10.615.000	9.640.000	395.905	210.826	131.405

Fonte: CCD – Sussundenga